

ANA CAROLINE MONTEZANO GONSALES JARDIM

FAMÍLIAS E PRISÕES: (SOBRE)VIVÊNCIAS DE TRATAMENTO PENAL

Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Faculdade de Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra Beatriz Gershenson Aginsky

Porto Alegre
2010

**Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)**

J37f	<p>Jardim, Ana Caroline Montezano Gonsales Famílias e prisões: (sobre)vivências de tratamento penal / Ana Caroline Montezano Gonsales Jardim. – Porto Alegre, 2010. 151 f. Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pós-Graduação em Serviço Social. PUCRS.</p> <p style="text-align: center;">Orientador: Prof. Dra Beatriz Gershenson Aginsky.</p> <p>1. Prisões – Relação Familiar. 2. Família – Histórias de Vida. 3. Sistema Penitenciário - Brasil. 4. Dinâmicas Prisionais. I. Aginsky, Beatriz Gershenson. II. Título.</p> <p style="text-align: center;">CDD 365.64</p>
------	---

Bibliotecária Responsável
Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. AS CONFIGURAÇÕES PRISIONAIS NO BRASIL: (DES) PROPORCIONALIDADES ENTRE CRIMES, PUNIÇÕES E CONFINAMENTOS	19
2.1 A ORIGEM DAS PRISÕES NO BRASIL: ENTRE ÍMPETOS CIVILIZATÓRIOS E PRÁTICAS DE BARBÁRIE	19
2.2 AS TENDÊNCIAS DE TRATAMENTO PENAL NA ATUALIDADE FRENTE À COMPLEXIDADE PENITENCIÁRIA	30
3. FAMÍLIA E PRISÃO: DA SOCIEDADE DISCIPLINAR AO SISTEMA PENITENCIÁRIO	40
3.1 FAMÍLIA: RAINHA E PRISIONEIRA DO SOCIAL	40
3.2 INSERÇÕES DAS FAMÍLIAS NAS DINÂMICAS PRISIONAIS	49
4. O PERCURSO DA PESQUISA	63
4.1 CONSTRUINDO UM CAMINHO: A APROXIMAÇÃO COM O PARADIGMA DA COMPLEXIDADE E AS POSSIBILIDADES DE UMA VISÃO TRANSDISCIPLINAR	63
4.2 TIPO DE PESQUISA	70
4.3 ETAPAS, TÉCNICAS E PARTICIPANTES DAS PESQUISA	71
4.4 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS ACHADOS DA PESQUISA	77
4.5 CUIDADOS ÉTICOS	81
5. SOBRE AS VIVÊNCIAS E SOBREVIVÊNCIAS: HISTÓRIAS CONTADAS A PARTIR DA AUTO-ECOORGANIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS	82
5.1 TEXTOS E CONTEXTOS QUE TECEM AS HISTÓRIAS.....	83
5.1.1 O QUE SE ESCONDE ATRÁS DO QUE APARECE, E O QUE É REVELADO ATRAVÉS DO QUE NÃO É PERMITIDO?	83
5.1.2 QUEM SÃO AS PESSOAS QUE CONTAM AS HISTÓRIAS? O	

<i>ENTRE-LUGARES DE RECONHECIMENTOS</i>	85
5.1.3 O TRATAMENTO PENAL JURÍDICO-FORMAL E A RECURSIVIDADE DAS DINÂMICAS PRISIONAIS: QUE RELAÇÃO É ESSA?	90
5.2 ENTRE AS REDES DE APOIO E O FUNDO DA CADEIA	96
5.3 OS DIAS DE VISITAS: OS RITOS E SEUS SIGNIFICADOS	98
5.4 RELAÇÕES FAMILIARES NA PRISÃO: RESSIGNIFICAÇÃO DE VÍNCULOS	105
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	121
ANEXOS	130

RESUMO

Este trabalho busca conhecer e analisar os modos de inserção dos familiares nos mecanismos de tratamento penal. A partir de uma aproximação com o referencial teórico do paradigma da complexidade, a análise condensa os mecanismos dialógicos e recursivos presentes no sistema social complexo que é a prisão. Como meio de conhecer tais mecanismos, foi realizado um estudo de caso em um estabelecimento prisional de Porto Alegre. Além do estudo teórico sobre a relação *prisões e famílias*, foram feitas entrevistas com familiares que realizam visitas sistemáticas aos parentes presos, observações no cotidiano prisional, sobretudo, em dias de visitas e atendimentos aos familiares. Outro aspecto destacado é a percepção dos técnicos, a partir de grupos temáticos, como meio de acessar o modo como as famílias são percebidas e inseridas no contexto de classificação penal. A pesquisa permite maior visibilidade às vivências destes familiares a partir das histórias que são descritas e analisadas, como também, uma percepção crítica quanto às dinâmicas prisionais. Nesse sentido, o estudo aponta para os diversos tipos de penalizações dirigidas aos familiares.

Palavras-Chave: Prisões. Famílias. Complexidade. Histórias de Vida. Dinâmicas Prisionais.

ABSTRACT

The present work aims at knowing and analyzing the way family members are placed into the mechanisms of penal treatment. Based on the study of the complexity paradigm theoretical referential, the analysis condenses the dialogue and resource mechanisms present in the complex social system which the prison is. In order to meet such mechanisms, a study was developed at a prison institution in Porto Alegre. Besides the theoretical study concerning the relationship *prisons and families*, interviews were held with family members who systematically visit the inmates, observations about the prison everyday life, specially on visiting days and the service provided for families. Another highlighted aspect is the perception of the technicians, based on theme groups, as a mean to access how the families are perceived and placed into the context of penal classification. The research provides a better view concerning the way these families live according to the stories which have been described and analyzed as well as a critical perception on the prison dynamic systems. Therefore, the study points out the different types of punishment directed to the families.

Key Words: Prisons. Families. Complexity. Life stories. Prison Systems.

1. Introdução

*Uma viagem para além da especialização de um saber.
Viagem a um lugar (prisão) que abre os seus mecanismos
internos através de sucessivas aproximações. Uma viagem que
exige paixão do pesquisador e uma linguagem motivada mais
do que uma linguagem que pretenda apresentar uma nova
verdade.*

Miriam Guindani

Iniciar um processo de pesquisa não ocorre de modo linear, vai acontecendo em múltiplas dimensões e despertando diferentes sensações, que, por vezes, não são tranqüilas, remetem também a tempestades (MORAES, 2007). Tempestades de escolhas e caminhos a serem trilhados, sobretudo, em uma área do conhecimento com todas as implicações de uma escolha.

Os caminhos que levam até as prisões são vários, sobretudo, até o que se produz e o que se reproduz acerca dessa temática. De um lado, uma visibilidade perversa, dando ênfase às situações limítrofes de um sistema em exaustão; de outro, uma cientificidade conformada com a literatura que se produz, repetindo dados de relatórios oficiais, na busca de demonstrar que a pena de prisão nasceu falida, ou que não recupera infratores e tão pouco inibe criminalidades (GUINDANI, 2002).

Como aponta Foucault (2003, p. 160) “não teria sentido limitar-se aos discursos pronunciados sobre a prisão. Há igualmente os que vêm da prisão”. Por esse enfoque, conhecer o que vêm das prisões, ao invés de reproduzir o que se fala sobre elas, busquei através deste trabalho, conhecer as experiências sociais dos familiares de apenados, os quais resistem e sobrevivem cotidianamente a um tratamento que é penal.

A escolha por este objetivo remete à minha viagem/ caminho/ percurso por entre a realidade prisional e suas dinâmicas. E nesse sentido, não poderia refletir e problematizar o sistema penitenciário sem vivenciar alguns aspectos cotidianos deste processo social em curso. Por outro lado, minha conexão com este contexto assume uma perspectiva relacional, em movimento.

Ao acessar este processo de pesquisa, tinha como referência a

experiência do processo de formação profissional, incluindo atividades de estágio curricular em Serviço Social, realizado em um estabelecimento prisional, como também, atividades de iniciação científica, ambas relacionadas ao GITEP (Grupo Interdisciplinar de Trabalhos e Estudos Criminais penitenciários), na UCPEL (Universidade Católica de Pelotas). Atividades pelas quais tive a oportunidade de compreender e problematizar alguns aspectos relacionados ao sistema prisional, principalmente quanto à importância da manutenção de vínculos sócio-afetivos durante o período de aprisionamento.

A partir da minha inserção no mestrado em Serviço Social na PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), pude problematizar outras dimensões da execução penal as quais inserem as famílias, e por meio de uma compreensão dialógica, pensar os antagonismos e complementariedades destes mecanismos. Deste modo, ao iniciar a pesquisa de campo e o contato com os familiares que participaram deste estudo, pude me afectar (SPINOZA, 1983) com o modo de inserção das famílias no tratamento penal.

Por traz de uma visão *idílica*, de que os familiares são indispensáveis ao *apoio* de que o preso necessita, existe um recuo do estado em garantir as mínimas condições de cumprimento da pena, deslocando gradativamente estas responsabilidades aos familiares. Através da minha inserção no GEPEDH (Grupo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos), vinculado à linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Sociais, pude compreender a importância do tema sob a perspectiva do olhar para as famílias em termos da organização de políticas e programas de tratamento penal, principalmente conhecendo a experiências sociais destas famílias.

Segundo Spinoza (1983) são as afecções pelo objeto que tocam o pesquisador e o colocam em movimento, podendo aumentar ou diminuir potências de agir. Nesse sentido, e rompendo com uma visão de pesquisa que englobe apenas o agir *racional moderno*, penso que em muitos momentos o contato com o universo de pesquisa, sobretudo, em suas dimensões de produção de dor, também me afectaram, diminuindo minha potência em pensar modos de enfrentamento a estas práticas.

É impossível passar por uma prisão e sair sem marcas e feridas. Acontece com todos. Com os que para lá são mandados, para cumprir uma pena. Com funcionários e visitantes. E, por que não, com os pesquisadores. (LEMGRUBER, 1999, pg. 13)

Ainda refletindo sobre minha conexão relacional com o tema de pesquisa, no *entremeio* da qualificação deste trabalho até o presente momento, passei a trabalhar em um estabelecimento prisional, e desse modo, a realização da pesquisa assim como o referencial abordado neste trabalho, o *Paradigma da Complexidade*, constituíram-se como subsídios ao enfrentamento de práticas que hoje vivencio. “Creio profundamente que quanto menos um pensamento for mutilador, menos mutilará os humanos” (MORIN, 2001, pg. 122).

Também sob a possibilidade de um olhar em movimento, pude compreender o meu lugar de sujeito na pesquisa que realizei, pois na complexidade existe um elo inseparável entre o sujeito e o objeto, ou seja, entre um sujeito pensante e o objeto pensado (MORIN, 2001). A problematização acerca da relação sujeito/objeto passou a me afectar a partir de minha inserção técnica no sistema prisional. Pois também eu passei a fazer parte dos mecanismos de controle penal (os quais foram pensados, analisados e questionados por mim), e nesse sentido, a reflexão cotidiana quanto a estas práticas é indispensável ao enfrentamento das condições que as produzem.

Se parto do sistema auto-eco-organizador e remoto, de complexidade em complexidade, chego finalmente a um sujeito reflexivo que não é outro senão eu próprio que tento pensar a relação sujeito-objeto. E inversamente se parto deste sujeito reflexivo para encontrar o seu fundamento ou pelo menos a sua origem, encontro a minha sociedade, a história desta sociedade na evolução da humanidade, do homem auto-eco-organizador (MORIN, 2001, p.64).

A escolha pela escrita do texto em primeira pessoa fez parte não só de minha opção metodológica, como também do objetivo em trazer histórias de tratamento penal, e nesse sentido, justifico também, a minha escolha em contar essa história que estou escrevendo, de modo que não se torne impessoal.

A prisão tem sido objeto de estudos de diferentes autores e áreas

diversas, transcendendo discussões outrora circunscritas apenas aos operadores do direito, haja vista a necessidade de uma visão multidimensional e transdisciplinar em relação ao tema. A produção de conhecimento em Serviço Social nesta área manifesta-se de forma incipiente, ainda assim, os trabalhos e pesquisas realizados por assistentes sociais, caracterizam-se pela visibilidade às dinâmicas e processos sociais vigentes no sistema penitenciário.

Enfatizo as produções do Serviço Social, pois também fui afectada pelo discurso que constitui o *hábitus acadêmico* (BORDIEU, 1989), de que os assistentes sociais apenas operacionalizam intervenções, como se esta área não estivesse apta a produções acadêmicas e pesquisas que apontem dados científicos da realidade social, contribuindo à produção de conhecimento.

Entre as pesquisas realizadas pelo Serviço Social e que demarcam o estado da arte na produção de conhecimento da profissão sobre o tema, destaca-se a obra de Maria Palma Wolf (2005), *Antologia de vidas e Histórias na Prisão*, pela qual a autora demonstra a realidade prisional em suas mais diversas dimensões, desde as expressões da Questão Social, perpassando também pelo contexto familiar dos apenados, suas histórias de vida e demais elementos que configuram o espaço penitenciário, como o trabalho prisional e a elaboração de laudos sociais. Outro trabalho com bastante relevância é a tese de Miriam Guindani (2002), *Violência e Prisão: uma viagem na busca de um olhar complexo*, onde a autora se propõe a dar visibilidade ao fenômeno da violência no sistema penitenciário e sua articulação com a sociedade, do qual é parte e expressão.

Também é significativa a contribuição da dissertação *Mulher de preso, mulher de respeito: uma etnografia sobre as relações familiares entre as mulheres e seus homens presos no sistema prisional do RS*, na qual a autora, assistente social, Simone Ritta dos Santos (2002) descreve como as mulheres (mães, esposas e irmãs) participam das dinâmicas que se instituem através das visitas, como também, suas organizações externas em função do aprisionamento de seus parentes, de modo a lidar com os estigmas e as implicações de serem mulheres e parentes de sujeitos presos.

Entre outros trabalhos de pesquisa, desenvolvidos por assistentes sociais, tem-se os realizados por Andréa Torres: *Direitos Humanos para presos? Desafios e compromisso ético e político do Serviço Social no sistema*

penitenciário; e *Para além da prisão: experiências significativas do Serviço Social na penitenciária feminina da capital/SP (1978 – 1983)*. Também por Rosângela Peixoto Santa Rita - *Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana*; por Maria Auxiliadora Cesar – *Exílio da Vida: O cotidiano de mulheres presidiárias*; e o de Tânia Maria Dahmer Pereira: *Um estudo dos valores do Assistente Social no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*.

Contudo, a problematização acerca da inserção dos familiares nos mecanismos de tratamento penal, tematizando a família como co-participante na execução da pena, mostra-se como um objeto de investigação até agora pouco explorado, em virtude de que os estudos e análises centram-se na importância de se manter vínculos durante o cumprimento da pena, como um meio de se acessar o próprio tratamento penal negligenciado pelo sistema, onde se consideram os familiares como indispensáveis para que os parentes presos possam suportar o ambiente de privações.

A discussão que se centra na família como "peça" importante para se pensar no tratamento penal, e uma possível ressocialização dos apenados através da família (SCHMITD, 1984) reveste-se de um paradoxo apresentado por este fenômeno, configurando-se pela possibilidade de que ao adentrar e participar do tratamento penal, as próprias famílias podem estar sendo penalizadas.

A obra de Dráuzio Varella, *Estação Carandiru (2005)*, apesar de não ser considerada como um trabalho acadêmico, ou fruto de pesquisa social, apresenta um sensível relato de sua experiência como voluntário, o autor descreve o cotidiano prisional a partir das histórias contadas pelos apenados. Assim, contribui ao entendimento da realidade carcerária expressando falas e experiências de quem vive as dinâmicas produzidas pela prisão. Entre várias expressões encontradas no livro, destaca-se a seguinte: "*família puxando a pena*" (VARELLA, 2005), ou seja, que cumpre a pena junto com o apenado, passando também pelo seu próprio "tratamento penal".

Tendo por base este contexto, e o questionamento de que as famílias podem passar por processos de penalizações, é que cheguei até este percurso. "O meu percurso é um movimento em duas frentes, aparentemente divergentes, antagônicas, mas para mim inseparáveis". (MORIN, 2001, pg. 25).

Essa compreensão faz parte de minha trajetória com o sistema prisional, pelo qual, ao mesmo tempo em que pesquiso e aponto reflexões sobre o objeto, passei a ser desafiada cotidianamente, através de um movimento dialógico, a pensar em estratégias possíveis que reduzam os dores e perversidades prisionais.

Poucos são os trabalhos específicos sobre famílias e prisões, de modo geral, entre os autores que escrevem sobre o funcionamento das prisões, que desvelam as “regiões escondidas de nosso sistema social” (FOUCAULT, 2003, p. 2), alguns apontam em seus trabalhos a família em um item ou subitem, como a importância de se manter vínculos, numa expectativa de apoio ao preso, ou então enquanto grupo de referência.

A família aparece como um elemento significativo no processo de penalização e de execução penal (...) Repercute no cumprimento da pena, pois sua presença representa a manutenção de vínculos sociais e é um recurso frente às limitações materiais, administrativas e jurídicas existentes na prisão. (WOLF, 2005, p. 34).

O termo Tratamento penal é utilizado neste trabalho não só sob o ponto de vista jurídico-formal, pela configuração do conjunto de serviços e atendimentos destinados aos sujeitos que estão cumprindo pena privativa de liberdade, tendo como marco legal a Lei de Execuções Penais de 1984 (LEP), como também, pela polissemia que envolve o termo tratamento, sobretudo, penal, cujo enfoque pode remeter às práticas que são penais e geram penalizações. Na delimitação do tema de pesquisa, utilizo o termo apenado (s) para explicitar que todos os familiares entrevistados, realizam visitas para sujeitos privados de liberdade que já estão em cumprimento de pena. Durante o trabalho, a terminologia preso é utilizada no sentido de remeter aos sujeitos como aprisionados no sistema penitenciário e, não obstante, aprisionados/presos em suas dinâmicas.

Outros dois termos que merecem uma contextualização são os termos sujeitos e indivíduos, pois dialogicamente os dois são utilizados neste trabalho. Considerando que a pesquisa é orientada pelo paradigma da complexidade, no qual não há uma “prisão epistemológica”, e nesse sentido, quando se trata de indivíduos, tem-se como pano de fundo que indivíduo é uma categoria social, e sujeitos são seres/pessoas em pleno vir a ser.

Também foi neste percurso que me dei conta que sempre havia trabalhado com o termo família, embora tivesse escrito e problematizado bastante o modelo nuclear instituído. Passei então pensar em Famílias, e o que aparentemente parece um detalhe, ampliou bastante minha compreensão sobre o tema.

Impõe-se pontuar a utilização do termo “famílias”, uma vez que há uma diversidade de relações e formatações do núcleo familiar, que preconizam a abrangência da reflexão quanto às configurações dos grupos familiares (DEBASTIANI, BELLINI, 2007, p. 78).

A partir destas reflexões e questionamentos, o objeto desta pesquisa, foi delimitado no seguinte tema: A inserção de familiares de apenados nos mecanismos de tratamento penal, em um estabelecimento prisional de Porto Alegre RS, compreendendo o período de maio à agosto de 2009.

O objetivo geral da pesquisa foi conhecer a experiência social vivenciada pelos familiares de apenados no decorrer da pena privativa de liberdade, em relação a sua inserção nos mecanismos de tratamento penal. O propósito da pesquisa situa-se na perspectiva de que seus resultados possam oferecer subsídios ao enfrentamento de práticas penais-punitivas que envolvem a família no sistema penitenciário.

Os objetivos específicos foram: 1) Analisar a produção bibliográfica acerca das tendências de tratamento penal na atualidade, sobretudo, os mecanismos que envolvem as famílias; 2) Identificar quais são os mecanismos de tratamento penal, previstos formalmente, que englobam a inserção das famílias no tratamento penal; 3) Conhecer a experiência social dos familiares de apenados em relação aos mecanismos de tratamento penal; 4) Conhecer as concepções dos profissionais integrantes das equipes de classificação (CTCS) em relação à inserção das famílias no tratamento penal, a partir de critérios classificatórios pautados pelo princípio de individualização da pena, os quais prevêm a inserção das famílias; 5) Analisar os procedimentos disciplinares no cotidiano das dinâmicas prisionais, dirigidos aos familiares.

O problema de pesquisa consistiu na seguinte questão: Qual a experiência social vivenciada pelos familiares de apenados de um estabelecimento prisional de Porto Alegre/RS, em decorrência de sua inserção

nos mecanismos de tratamento penal? Complementado-se através de outras cinco questões norteadoras: 1) Quais as principais tendências de tratamento penal na atualidade? 2) Quais são os mecanismos de tratamento penal, previstos formalmente, que englobam a inserção das famílias no tratamento penal? 3) Qual a experiência social dos familiares de apenados em relação aos mecanismos de tratamento penal? 4) Quais as concepções dos profissionais integrantes das equipes de classificação (CTCs) em relação à inserção das famílias no tratamento penal, a partir de critérios classificatórios pautados pelo princípio de individualização da pena, os quais prevêem a inserção das famílias? 5) Que procedimentos disciplinares, no cotidiano das dinâmicas prisionais, são destinados aos familiares?

Buscando responder a essas questões, bem como ao problema de pesquisa, de acordo com o objetivo geral e com os objetivos específicos, a partir do tema escolhido, o trabalho está estruturado em cinco capítulos. Através desta apresentação, busquei não somente contextualizar o tema proposto, como trazer elementos de minha implicação e afecções pelo objeto, apontando alguns aspectos do processo de construção da pesquisa.

No segundo capítulo abordo reflexões sobre as configurações penais no Brasil, desde a origem da pena de prisão, perpassando por ímpetos civilizatórios e práticas de barbárie, até as tendências de tratamento penal na atualidade frente à complexidade penitenciária. Após esta problematização, e através do terceiro capítulo, apresento a análise teórica sobre a construção social do sentido da família, alcançando não só as famílias em uma sociedade disciplinar, como também, nas dinâmicas prisionais, a partir dos modos de inserções das famílias no sistema penitenciário e as ambigüidades correspondentes.

O percurso metodológico, bem como, o paradigma epistemológico que embasam este trabalho, são apresentados no quarto capítulo, seguidos dos demais elementos de pesquisa, como o tipo, técnicas, e sujeitos participantes. As histórias alcançadas que revelam as experiências sociais em relação à inserção das famílias no tratamento penal, bem como o funcionamento das dinâmicas prisionais enquanto um sistema social complexo estão presentes no capítulo cinco. Ao final são apresentadas algumas considerações sobre os achados atuais da pesquisa.

6. Considerações Finais

Transcorrido um percurso de dois anos, o fenômeno que elegi como objeto de estudo, mais do que respostas me instiga a novas interrogações, pois não tenho a pretensão de elencar conclusões generalizantes que encerrem esta temática, ou a encarcerem em respostas triviais. Porém, saliento que de agora em diante, tenho o compromisso ético de encarar a complexidade do tema e as possibilidades de seu enfrentamento na produção de conhecimento em Serviço Social. O contexto de inserção das famílias no tratamento penal configura-se pela amplitude de aspectos emergentes em uma realidade de privações.

Tive por objetivo conhecer a experiência social destes familiares em relação à sua inserção no tratamento penal, e nesse sentido, os achados da pesquisa apontam uma série de responsabilizações deslocadas aos familiares, que convergem em penalizações vivenciadas no sistema prisional em seus mecanismos de controle.

Através de uma análise do sistema penitenciário como um sistema social complexo, tendo por base uma concepção dialógica, foi possível compreender os mecanismos de tratamento penal a partir de suas configurações sociais e históricas, e o modo como as penalidades correspondem aos sentidos atribuídos à noção de crime em diferentes momentos da história brasileira. A correlação entre critérios atribuídos aos indivíduos e sua condição social, sempre esteve presente nas configurações penais, de modo que ao longo do tempo os meios de intervenções dirigidos aos que *cumprem penas*, estiveram pautados em aspectos morais e normalizantes.

As transformações societárias que convergiram em diferentes necessidades de controle penal foram reiterando aparatos repressivos, os quais passaram a incidir em noções de periculosidade. Deste modo, o indício e a suspeição recaíram sobre categorias sociais, pessoas e grupos específicos, sobretudo, em situações de vulnerabilidade social.

Por outro lado, os mecanismos de controle em uma sociedade disciplinar manifestam-se em diferentes âmbitos da vida social, através da instituição de normas e modelos de comportamento que ditam o que é normal. A organização da sociedade através de instituições transfere às famílias papéis

de manutenção relacionados ao controle dos indivíduos.

A conexão entre *Famílias e Prisões* está cercada de mitos e verdades que precisam ser desconstruídos, pois são manifestados através de uma rede complexa e multidimensional, englobando não só aspectos estruturais, como também a construção de subjetividades que perpassa o imaginário social.

As tendências de tratamento penal hoje são marcadas por aspectos classificatórios e correccionalistas, que atentam à conversão de modos de vida, àquilo que é aceitável e esperado a partir de um padrão socioadequador. No entanto, a realidade prisional constitui-se por relações instituintes, e nesse sentido, os diversos grupos que fazem parte do sistema prisional não estabelecem reações passivas ao modelo de tratamento à que estão submetidos. A execução penal caracteriza-se pela dialógica entre a projeção da disciplina e a produção da delinquência. Os grupos que operam no *fundo da cadeia*, adquirem um funcionamento a partir de uma relação de autonomia e dependência. A autonomia refere-se aos valores sociais que divergem do ordenamento jurídico, e, no entanto, estabelecem uma relação de dependência ao contexto social da violência do sistema penitenciário.

A inserção das famílias no sistema prisional em seus mecanismos disciplinadores, antagônicos e complementares, revela não apenas a captura das famílias como um recurso frente ao recuo do Estado em garantir as mínimas condições para o cumprimento da pena. Pois de outro lado, ao constituírem-se como o *apoio* necessário em termos de tratamento penal, os familiares passam a fazer parte das dinâmicas e interações carcerárias.

As histórias e temas emergentes apresentados neste trabalho fazem parte da vivência dos familiares, bem como, de aspectos relacionados ao processo de auto-ecoorganização frente ao tratamento penal. Ao mesmo tempo em que expressam a singularidade destes sujeitos, revelam o funcionamento de um sistema social complexo em sua dimensão de holograma, pois nesse sentido as falas apresentadas desvendam o *todo*, na medida em que cada história que aparentemente é vista como privada adquire um sentido social.

Com efeito, os achados da pesquisa revelam mecanismos dirigidos aos familiares e desse modo, apontam urgências a serem enfrentadas. Entre estas, existe a necessidade de maior visibilidade às experiências sociais vivenciadas

pelos familiares de apenados. Nesse sentido, é imprescindível reconhecer que as famílias passam por penalizações constantes, contrariando um dos preceitos da constituição brasileira, de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado. Ainda que a LEP preconize assistência aos familiares e egressos do sistema prisional, de fato esta assistência torna-se frágil mediante o contexto de privações.

Enfrentar esta série de mecanismos complexos, que permeiam não só o contexto jurídico formal, como também os grupos de poder informal, requer primeiramente reconhecer a complexidade do sistema prisional. Pois muitas vezes as alternativas aplicadas remetem ao conservadorismo moral, as quais demarcam uma repetição de tentativas triviais. Por essa perspectiva, ações complexas (MORIN, 2001) remetem aos imprevistos, ao acaso, à consciência de que existem desvios e estes requerem transformações. No entanto as transformações precisam de inovações, sair da máquina trivial à procura de respostas-percursos (PASSETI, 2003) onde seja possível vislumbrar um percurso diferente a cada situação complexa que se apresenta.

Entre as inovações possíveis, acredito no empoderamento das famílias frente ao contexto prisional, através da ampliação de sistemas de redes comunitárias que possam, por exemplo, orientar os familiares quanto aos seus direitos, em situações vivenciadas que muitas vezes remetem ao desamparo frente aos mecanismos de controle penal.

Como também, o investimento em recursos humanos, através de projetos que possam oferecer aos trabalhadores da área prisional, tanto técnicos quanto as outras categorias de trabalho, uma compreensão diferenciada com relação às famílias, derrubando mitos e provocando tensionamentos sobre a realidade prisional. Desse modo, a parceria com universidades, através de trabalhos que vislumbrem pesquisa e extensão, seria uma estratégia possível.

Entretanto, nosso pensamento acadêmico não acompanha o ritmo da vida que se manifesta, pois no *entremeio* da realização da pesquisa até o termino do mestrado, acredito que muitas violências estejam alcançando às famílias, e muitas outras histórias sendo produzidas e vivenciadas. Se as histórias aqui apresentadas serão ressignificadas eu não sei, pois não tenho o controle da vida destas pessoas que se dispuseram a participar de um estudo

acadêmico.

Contudo, que estas histórias não sejam esquecidas é uma tarefa não só minha - enquanto sujeito dessa pesquisa - ao divulgar e apresentar seus achados, como também de todos que participaram e se afetaram com este trabalho.

REFERÊNCIAS

AGUINSKY, Beatriz Gershenson. **Eticidades discursivas do Serviço Social no Campo Jurídico: gestos de leitura do cotidiano no claro-escuro da legalidade da moral**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. 2003.

AGUIRRE, Carlos. **Cárcere e Sociedade na América Latina, 1800 – 1940. In: História da prisões no Brasil**. V. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

ALVES, Rubem. **Conversas sobre Política**. São Paulo: Verus, 2002.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neo-liberalismo**. In: SADER, Emir et al. Pós-Liberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARBATO Jr., Roberto. **Direito Informal e Criminalidade - Os Códigos do Cárcere e do Tráfico**. Campinas: Millenium, 2007.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de Análise Institucional e outras Correntes: Teoria e Prática**. 3º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1996.

BARRETO, Vera Regina. **Avaliação do processo de trabalho do Serviço Social no sistema penitenciário do Estado do Paraná**. Monografia apresentada no curso de Pós graduação em Gestão Social de políticas, programas e projetos sociais da PUC- PR. Paraná, 2005.

BATISTA, Vera Malaguti. **Filicídio: a questão criminal no Brasil contemporâneo**. In: Direitos Humanos: Violência e Pobreza na América Latina Contemporânea. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____, Zygmunt. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: Vidas Contadas e Historias Vividas**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERGUER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

_____, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. **Lei de Execuções Penais** promulgada em 1983. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 30/09/09.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 05 DE DEZEMBRO 1988** - DOU DE 5 de outubro de 1988.

BUSSO, Gustavo. **Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para latinoamerica a inicios del siglo XXI**. In: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/8283/GBusso.pdf> , acessado em 09 julho de 2009.

CÂMARA, Heleuza Figueira. **Além dos muros e das grades (Discursos prisionais)** São Paulo: Educ FAPESP, 2001.

CARVALHO, Salo. **Anti Manual de Criminologia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Exílio da vida: o cotidiano de mulheres presidiárias**. Brasília: Thesaurus, 1996

CHANTRAINE, Gilles. **A prisão pós-disciplinar**. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. Nº 62, setembro-outubro 2006.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A capitalização do tempo social na prisão: a remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade**. São Paulo: IBCCrim, 2008.

_____, Luiz Antônio Bogo. **Radiografia do "sistema prisional": perspectivas e desafios dentro de um (ad)uni(di)per(re)verso**. In: Seminário - Segurança Pública: uma abordagem sobre o sistema prisional, 2007, Porto Alegre (RS). Relatório do Seminário Segurança Pública: uma abordagem sobre o sistema prisional. Porto Alegre (RS): Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2007.

_____, Luiz Antônio Bogo. Mimeo.

CHIES, Luiz Antônio Bogo;; [BARROS, Ana Luisa Xavier](#) ; [LOPES, Carmen Lúcia Alves da Silva](#) ; [OLIVEIRA, Sinara Franke de](#) ; [CORREA, Alexandro Melo](#) ; CZERWINSKI, Evelin Silva ; RODRIGUES, Flávia Lucimeri ; [PAZ, Sabrina Rosa](#) . **As Saídas Temporárias na Execução Penal: ambigüidades e possibilidades**. Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 2006.

CHRISTIE, Nils. Civilidade e Estado. In: **Conversações Abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva**. São Paulo: IBBCrim, 1997.

CLEMMER, Donald. **Prisonization**. In: JOHNSTON, Norman; SAVITZ, Leonard; WOLFGAND, Marvin. **The sociology of punishment and**

correction. 2. ed. Nova York: Wiley, 1970. p. 479-483.

COELHO, Edmundo Campos. **Oficina do Diabo e outros escritos prisionais**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CORDEIRO, Suzan. **Até quando faremos relicários? A função social do espaço penitenciário**. Maceió: EDUFAL, 2006.

DEBASTIANI, Cínara; BELLINI, Maria Isabel Barros. **Fortalecimento da rede e empoderamento familiar**. In: **Boletim da Saúde**, vol. 21. nº 1, jan/jun. 2007. Porto Alegre.

DELEUZE, Gilles. **Espinoza e os Signos**. Porto- Portugal: Rés editora Ltda, 1970.

_____, Gilles, e GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Rj Editora, 2004.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das Famílias**. 2ºed. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1986.

FAUSTINO, Eliana R.; PIRES, Sandra de A. **Os centros de ressocialização e o processo de trabalho do assistente social**. In: Revista emancipação, ano VII nº 01. Universidade Estadual de Ponta Grossa, departamento de Serviço Social. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG.

FERNÁNDEZ, A. M. **De lo imaginário social a lo imaginário grupal**. In: Tiempo histórico y campo grupal: Massas, grupos, e instituciones. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 33º ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____, Michel. **A ordem do discurso**. 12º ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 2ºed. Rio de Janeiro:NAU Editora, 1999.

_____, Michel. **Estratégia, poder-saber. Ditos e Escritos IV**. Org. Manoel Barros da Mota. (Tradução Vera Lucia A. Ribeiro). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção**. 3ºed. São Paulo: Cortez, 2006.

FONSECA [A], Maria Thereza Nunes Martins. **Famílias e políticas públicas: subsídios para a formulação e gestão das políticas com a para famílias** In: Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 1, n. 2, São João del-Rei, dez. 2006. <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapi/MariaThereza.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

GARLAND, David. **Punishment and modern society: a study in social theory**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

_____, David. **A cultura do Controle Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GASKEL, Jorge e BAUER, Martin W. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, Martin W e GASKEL, Jorge. Pesquisa qualitativa: com texto, imagem e som: Um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 3° ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

GOMES, Kelinês Cabral. **Atando e desatando os Nós: A auto-eco-organização das mulheres chefes de famílias monoparentais**. Tese de doutorado em Serviço Social. Porto Alegre:2006.

GUINDANI, Miriam Krenzinger. **Tratamento Penal: a dialética do instituído e do instituinte**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 67, temas jurídicos, ano 2001.

_____, Miriam Krenzinger. **Violência & Prisão: uma viagem na busca de um olhar complexo**. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUC/RS, 2002.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão**. Porto Alegre: Tomo, 1999.

JARDIM, Ana Caroline. M. G.; SANTOS, Simone Ritta dos; AGUINSKY, Beatriz. G.. **Mecanismos de controle social dirigidos às famílias de presos: entre a familização do tratamento penal e possibilidades de resistência em um recorte de gênero**. In: Vini Rabassa da Silva; Jussara Maria Rosa Mendes; Helenara Silveira Fagundes; Beatriz Gershenson Aginsky. (Org.). Política Social: temas em debate. 1 ed. Pelotas: EDUCAT, 2009.

KARAM, Maria Lúcia. **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos - Análise Sociológica de uma Prisão de mulheres**. 2° ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, EVA M. **Técnicas de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso das abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. In: MARTINELLI, M. L. (Org.) Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MEAD, Margareth. **Dialética da Família**. São Paulo: Brasiliense: 1987.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **História Oral como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar**. In: Política Social Família e Juventude Uma questão de direitos. Organizadores: Sales, Matos, Leal. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MISSE, Michel. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. In: Civitas, Revista de Ciências Sociais. V. 8, nº 3 2008. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas>. acesso em 15/01/2010.

MORAES, Roque. **Análise Textual discursiva**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

MORETTO, Clenir Maria. **Práticas de gestão e modos de subjetivação do trabalhador público: uma cartografia à luz do tempo**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: PUC/RS, 2000.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: Repensar a reforma reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____, Edgar. **Ciência com consciência**. 10º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____, Edgar. **O método. V. 2. Vida da Vida**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____, Edgar. **O método. V. 4. As Idéias: Habitat, Vida, Costumes, Organização**. 3º ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____, Edgar. **Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo**. 2º ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

_____, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 3º ed. Paris, ESF éditeur, 1990. Tradução: Dulce Matos.

NIETZSCHE, Frederich. **A Genealogia da Moral**. São Paulo: Escala, 1998.

PASSETI, Edson. **Anarquismos e Sociedade de Controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, Edson. **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. São Paulo: Revan, 2004.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social em debate”**. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Tânia Maria Dahmer. **Um estudo dos valores do Assistente Social no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro**. In: Revista da escola do Serviço Penitenciário. Ano III, nº 09, outubro-dezembro 1991.

_____, Tânia Maria Dahmer. **O exame criminológico: notas para sua construção**. In: O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. CFESS (org). 6º ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA [A], Wilian César Castilho. **Nas trilhas do trabalho Comunitário e Social: teoria, método e prática**. 2ªed. Belo Horizonte: Vozes, 2001.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e Subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

REVEL, Judith. **Foucault: Conceitos Essenciais**. (Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani). São Carlos/SP: Claraluz, 2005.

RIO GRANDE DO SUL, Assembléia Legislativa, comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul: Garantias e violações dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: CORAG, 2006.

RODRIGUES, Maria Lúcia On. **O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar**. In: MARTINELLI, M.L; RODRIGUES, M. L; MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs.) O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. 3ºed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROJAS, Juana Eugenia Arias. **O indizível e o dizível na História Oral**. In: MARTINELLI, M. L. (Org.) Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

ROLIM, Marcos. **O Labirinto, o minotauro e o fio de Ariadne**. Brasília: Centro de informações de coordenação de publicações, 1999.

ROESE, Mauro. **A metodologia do estudo de caso**. In: Pesquisa Social empírica: métodos e técnicas. Porto Alegre: PPGS/ UFRGS, 1998.

SABADEL, Ana Lúcia. **Manual de Sociologia Jurídica: Introdução a uma leitura externa do Direito**. 3ªed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SALLIN, Vinícius Ricardo. **As facções e o grupo da segurança no Presídio Central de Porto Alegre: relações em um sistema social complexo**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

SANTA RITA, Rosangela Peixoto. **Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana**. Brasília: Ministério da Justiça/ Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 2007.

SANTOS, Simone Ritta. **Mulher de Preso, Mulher de Respeito: uma etnografia sobre as relações familiares entre as mulheres e seus homens presos no sistema prisional do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SCHMITD, Myres Gabardo. **Familiares de presos: Relação entre o sistema penitenciário e a expectativa da família quanto à recuperação do apenado**. In: Revista da escola do Serviço Penitenciário. Ano II, nº 08.

SEGALEN, Martine. A revolução industrial: do proletário ao burguês. In: Burguiéri, André; KLAPISH-ZUBER, Christiane. **História da família**. O Ocidente: industrialização e urbanização. Lisboa: Terramar, 1999.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Uma introdução à história oral**. In: Pesquisa Social empírica: métodos e técnicas. Porto Alegre: PPGS/ UFRGS, 1998.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TORRES, Andréa. **Direitos Humanos Para Presos? Desafios e compromisso ético e político do Serviço Social no Sistema Penitenciário**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social PUC/SP.

_____, Andréa. **Para além da prisão: experiências significativas do Serviço Social na Penitenciária Feminina da Capital/SP (1978-1983)**. Tese de Doutorado em Serviço Social PUC/SP.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

VERA Sanches, Pedro; Diaz Bote, Marcos. **Familismo y Cambio Social. El caso de España**. In: Gênero, Família e Globalização. Sociologias, ano 11, nº 21 jan/jun 2009.

WARAT, Luis Alberto. **O ofício do Mediador**. Vol, 1. Florianópolis: Habitus, 2001.

_____, Luis Alberto. **A ciência Jurídica e seus dois maridos**. 2ªed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

WOLF, Maria Palma. **Antologia de vidas e histórias na prisão: Emergência e Injunção de controle social**. Rio de Janeiro: Lúmex Juris, 2005.

YOUNG, Jock. **A Sociedade Excludente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro** (parte geral). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997